

Audiência pública discute reivindicações do "Tratoração"

Lideranças do movimento "Tratoração – o Alerta do Campo" pediram ontem a senadores e deputados que intercedam junto ao governo federal para que atenda as reivindicações dos agricultores. Audiência pública conjunta das comissões de Agricultura do Senado e

da Câmara dos Deputados discutiu a crise enfrentada pelo setor. Entre os pleitos da categoria, estão a proibição das importações de produtos agrícolas, a recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura e a readequação das dívidas da área.

Página 3



PROTESTO Movimento dos agricultores toma conta da Esplanada dos Ministérios: objetivo é chamar atenção para a crise que afeta o campo

Senado pode votar hoje a PEC Paralela

A chamada PEC Paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência, pode ser votada hoje pelo Senado. Ontem, o Plenário aprovou requerimento de urgência para que a proposta seja examinada com a dispensa de prazos.

Página 8

NOVA CPI INVESTIGA PRIVATIZAÇÕES

Renan Calheiros anuncia nomes de membros da comissão destinada a averiguar leilões de estatais. Antonio Carlos Magalhães, integrante mais idoso, convoca reunião para instalar hoje CPI dos Bingos



DEPOIMENTOS Arlindo Molina (foto menor) negou tentativa de chantagem. Joel dos Santos Filho (foto maior, ao lado de Maguito, Delcídio e Serraglio) não convenceu os parlamentares



Renan promete apuração isenta de todas as denúncias

O senador Renan Calheiros garantiu ontem que, como presidente do Congresso Nacional, fará valer todos os instrumentos constitucionais e regimentais que assegurem a "completa e isenta" apuração das denúncias de corrupção.



DESARMAMENTO Renan e outros parlamentares participam no Congresso de ato pela paz

Depoimentos à CPI aumentam contradições

O depoimento do advogado Joel dos Santos Filho à CPI dos Correios apresentou várias contradições com o que ele tinha afirmado anteriormente à Polícia Federal. O fato pode levar a uma nova convocação do advogado para depor sob juramento. A CPI ouviu também o depoimento de Arlindo Molina, que negou ter tentado chantagear o deputado Roberto Jefferson.

Agenda

Plenário vota PEC Paralela em regime de urgência

A PEC Paralela da Previdência – proposta de emenda constitucional que ameniza os efeitos da reforma da Previdência Social – deve ser votada em Plenário, em sessão extraordinária, às 14h30. Acordo de líderes partidários possibilitou a apreciação, em regime de

urgência. O relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), retomou texto já aprovado no Senado e que havia sido modificado na Câmara. Às 20h, haverá sessão do Congresso para leitura de expedientes, inclusive o requerimento da CPI do Mensalão.

Renan fará leitura de requerimento para CPI do Mensalão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa, às 14h, da videoconferência sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Às 16h, preside a ordem do dia

do Plenário e, às 20h, a sessão do Congresso para a leitura do requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai investigar denúncias sobre o "mensalão".

Ex-diretores dos Correios depõem hoje

Às 9h, a CPI Mista dos Correios retoma os trabalhos para ouvir ex-diretores da estatal: Administração, Antônio Osório; Tecnologia, Eduardo Medeiros; e

de Operações, Maurício Madureira. Às 8h30, a comissão especial que acompanha os desdobramentos da CPI da Exploração Sexual promove reunião administrativa.



Dízimo partidário e compra de votos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, examina a proibição do dízimo partidário, como é conhecido o percentual cobrado pelas legendas dos filiados que exercem funções públicas por indicação política (PLS 384/03). O

colegiado vota ainda, em turno suplementar, projeto que define o período para apresentação de denúncias sobre compra de votos, que passaria a ser entre a convenção partidária e dois meses após o dia da eleição (PLS 76/03).

Tarso Genro fala sobre reforma universitária

O ministro da Educação, Tarso Genro, fala sobre a proposta de reforma universitária na Comissão de Educação (CE), às 11h. No mesmo horário, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) decide, entre outros, sobre projeto

que torna locais as tarifas telefônicas entre diferentes municípios de regiões metropolitanas (PLS 168/02). Às 10h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vota requerimentos solicitando audiências públicas.



Meirelles no Congresso

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatina diplomatas indicados para as embaixadas no Gâmbia, na Indonésia e na União Européia. Às 14h30, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa da reunião conjunta das comissões Mista de Orçamento (CMO) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Sudene em videoconferência

Às 14h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência sobre os tratamentos da fibrose cística. No mesmo horário, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza videoconferência sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Comissão de Educação deve ganhar novas competências

Informática, robótica, biotecnologia, clonagem e pesquisa aeroespacial deverão passar a integrar formalmente a lista de temas que são analisados pela Comissão de Educação (CE). A medida consta do Projeto de Resolução 62/03, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que teve parecer favorável aprovado ontem pela CE. A proposta segue agora para exame do Plenário.

O texto acolhido foi o substitutivo do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Em vez de criar nova comissão, como sugeria o projeto, ele optou por incluir os temas entre as competências do colegiado, que passa a chamar-se Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte e mantém a mesma sigla. Cabral observou que a retirada dos temas da CE acabaria



REFORÇO Substitutivo a projeto de Fátima Cleide inclui ciência e pesquisa entre temas ligados à CE

por esvaziar suas atribuições. Flávio Arns (PT-PR) aplaudiu o voto de Cabral e lembrou que o colegiado já conta, inclusive, com uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

A CE também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima (PL 85/05).

Farmácias de manipulação serão tema de audiência

Em sua primeira reunião ordinária deste ano, a Subcomissão das Agências Reguladoras aprovou ontem requerimento de autoria de sua presidente, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que convida o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Cláudio Maierovitch, para participar de audiência pública para debater o regulamento técnico em que a autarquia propõe novas regras para a produção de remédios pelas farmácias de manipulação. A audiência deve ser realizada em agosto.

O requerimento também convida o presidente da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag), Hugo

Guedes de Souza, e o presidente do Conselho Federal de Farmácias (CFF), Jaldo de Souza Campos, para participar da audiência na subcomissão, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O regulamento elaborado pela Anvisa está disponível para consulta pública desde 17 de junho, por 90 dias.

Na justificativa do requerimento, Ana Júlia ressalta que a resolução da Anvisa fixa os requisitos mínimos exigidos em todas as etapas do processo das "preparações magistrais e oficinais, alopatícas ou homeopáticas, e de outros produtos de interesse da saúde".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ordem do Mérito de Brasília

O secretário-geral da Mesa do Senado Federal, Raimundo Carreiro, recebeu ontem a condecoração, no grau de Comendador, da Ordem do Mérito de Brasília. A comenda é concedida a personalidades – civis ou militares, nacionais ou estrangeiras – que se tornaram dignas de gratidão ou admiração do povo, por terem prestado notáveis serviços ao país ou ao Distrito Federal, se distinguiram em suas profissões ou são exemplos para a coletividade.



Raimundo Carreiro

Moreira Mariz



DIÁLOGO Senadores aprovaram texto original da MP, depois de acordo feito com o governo para liberação de recursos a estados mais atingidos pela seca

Aprovado crédito para tropas brasileiras no Haiti

O Senado aprovou ontem, por 49 votos a 16, a medida provisória (MP 241/05) que abre crédito extraordinário para o custeio das tropas brasileiras no Haiti, para ajuda financeira aos países asiáticos atingidos pelo *tsunami* no fim de 2004 e para remuneração dos bancos pelos serviços de intermediação financeira prestados ao governo, perfazendo um total de quase R\$ 300 milhões. Foi aprovado o texto original da MP, sem as emendas apresentadas na Câmara dos Deputados, como recomendou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) em seu voto.

Com a rejeição das emendas, a matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Senadores oposicionistas vinham obstruindo a votação havia uma semana porque consideravam incoerente destinar recursos públicos a outros países e não socorrer as vítimas das enchentes no Nordeste e da

seca no Sul. Numa reunião com a presença do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e de vários parlamentares da oposição, ficou acertado que o Senado votaria a matéria e o governo liberaria recursos, possivelmente por meio de uma medida provisória, para atender aos estados mais castigados pelas inundações e pela seca.

Conforme informou o líder do PFL, José Agripino (RN), Palocci também teria concordado em liberar recursos para as obras dos metrô de Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife. Essas obras seriam incluídas no programa acertado entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permite a exclusão de gastos com infra-estrutura do cálculo do superávit primário.

– É importante creditar ao Senado a obtenção desses recursos – observou Agripino.

Senado acolhe a indicação do novo procurador-geral

O Senado aprovou ontem a indicação de várias autoridades. Com 61 votos favoráveis, o procurador, jurista e professor Antonio Fernando Barros e Silva e Souza foi referendado pela Casa para exercer o cargo de procurador-geral da República, com mandato de dois anos, em substituição a Cláudio Lemos Fonteles.

O relator do parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), enalteceu a escolha feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a direção do Ministério Público.

O Plenário também aprovou o nome do deputado federal

João Augusto Ribeiro Nardes para integrar o Tribunal de Contas da União (TCU), como ministro indicado pela Câmara dos Deputados.

Para representar o Brasil em missões diplomáticas no exterior, foram aprovadas as indicações de Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho para exercer o cargo de embaixador na Tanzânia; de Luiz Felipe de Seixas Correia para embaixador na Alemanha; e de André Mattoso Maia Amado para embaixador junto ao Japão. Foi ainda reconduzido à diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques.

Audiência pública discute reivindicações de ruralistas

■ Lideranças de agricultores pedem readequação de dívidas e proibição de importações

Lideranças do movimento “Tratoração – o Alerta do Campo” participaram ontem de audiência pública conjunta promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA). Eles pediram aos parlamentares ajuda para que o governo atenda suas reivindicações, que são a autorização para compras a prazo junto aos fornecedores de insumos e máquinas, readequação das dívidas, adoção do seguro rural, proibição das importações de produtos agrícolas e recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura.

O “Tratoração” é organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, de acordo com a entidade, o movimento espera reunir hoje cerca de 15 mil produtores rurais em Brasília.

Eles serão recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da

José Cruz



PROTESTO Cerca de 2.600 tratores e máquinas agrícolas deverão desfilar pela Esplanada dos Ministérios até amanhã, último dia do “Tratoração”

Silva no Palácio do Planalto, em horário ainda a ser definido. As lideranças do movimento estimam que conseguirão es-

tacionar na Esplanada dos Ministérios cerca de 2.600 tratores e máquinas agrícolas, mil caminhões e 450 ônibus.



UNIÃO Ramez Tebet, Osmar Dias e Aelton Freitas dizem que não seria justo governo ignorar apelo dos produtores



Uma política para acabar com crise no campo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez ontem apelo ao governo para que adote uma política capaz de minorar a crise do campo no Brasil. Ele pediu que o governo tenha sensibilidade para encontrar uma resposta aos milhares de produtores rurais que vieram a Brasília reivindicar ajuda do governo para a agricultura e a pecuária.

– Essa marcha democrática e pacífica é mais eloquente que qualquer discurso para traduzir a necessidade de o Brasil solucionar a mais grave crise da agricultura – disse o senador.

Se o governo não conseguir resolver a crise que afeta os agricultores, a economia como um todo vai ser prejudicada, advertiu o senador Osmar Dias (PDT-PR), ao comentar a manifestação dos produtores rurais. Segundo o senador, percebe-se o tamanho da crise pela grandiosidade da manifestação: cerca de 15 mil produtores e 2.600 tratores.

– Venho alertando desde janeiro para a crise e aconselhando o governo a tomar medidas preventivas, mas o mercado foi se deteriorando por fatores internos e externos, que podiam

ser evitados – observou.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) também apoiou a manifestação dos produtores rurais.

– Seria injusto e um grave erro político ignorar o apelo desse setor, que vem sustentando a economia nacional nas últimas décadas – afirmou.

Aelton citou informações das entidades representativas do setor, segundo as quais as dívidas das últimas safras chegam a R\$ 8 bilhões, o que justificaria, na opinião do senador, um plano de crédito especial para a safra 2005 e 2006.



Dois dos envolvidos na gravação e divulgação da fita que flagrou o funcionário dos Correios Maurício Marinho recebendo propina falam à CPI: Joel dos Santos, interlocutor de Marinho na fita, e Arlindo Molina, acusado de chantagear o deputado Roberto Jefferson

Autor das gravações dá depoimento contraditório

“Ou ele disfarça muito bem ou é uma pessoa acuada que nem sequer está conseguindo organizar seus pensamentos.” A opinião manifestada pelo senador César Borges (PFL-BA) ontem, no início do depoimento que o advogado Joel dos Santos Filho prestou à CPI dos Correios, poderia resumir o sentimento dos integrantes da comissão até aquele momento. Depois, a percepção de que o depoente estava, na verdade, omitindo fatos, tornou-se unanimidade entre os parlamentares.

Aparentando estar extremamente nervoso, gaguejando e respirando fundo antes das

frases, o advogado chegou a ser repreendido pelo presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), por estar falando de maneira quase inaudível. Com o transcorrer do depoimento, que durou aproximadamente cinco horas, o depoente passou a aparentar confiança, mas não revelou fatos novos.

Joel dos Santos Filho contradisse algumas das afirmações que havia prestado à Polícia Federal. Aos policiais, o depoente afirmou que Jairo Martins de Souza (dono da mala preparada para filmar o funcionário dos Correios Maurício Marinho) foi quem teria lhe repassado os R\$ 3

mil para tentar subornar o servidor da estatal. Depois, atribuiu o repasse a Arthur Wascheck (pessoa que o contratou para realizar a gravação). Por fim, confessou que retirou o dinheiro dos R\$ 10 mil que recebeu de Wascheck como pagamento por seu trabalho.

Para o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o depoimento do advogado revela que Marinho não disse a verdade quando falou à CPI. Serraglio lamentou o não comparecimento à comissão de Jairo Martins, que alegou não ter sido convocado com a antecedência devida.



IGUALDADE Arthur Virgílio propôs a criação das CPIs dos Bingos e das Privatizações



EXPLICAÇÃO Aloizio Mercadante observa que CPI não foi iniciativa da bancada do PT nem do governo

Renan anuncia integrantes da CPI das Privatizações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem ao Plenário a lista dos integrantes da CPI que vai investigar as privatizações realizadas no período de 1990 a 2004. O requerimento de criação da chamada CPI das Privatizações foi apresentado por Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, em 16 de março último. Na época, o senador apresentou também requerimento criando CPI para investigar as denúncias de envolvimento de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, com o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a CPI das Privatizações não foi iniciativa do seu partido nem do governo federal. Virgílio explicou que apresentou o requerimento da CPI das Privatizações junto com o de Waldomiro Diniz por causa dos boatos de que o governo criaria a comissão para investigar as privatizações se a oposição insistisse na comissão para investigar o caso Waldomiro.

Arthur Virgílio assinalou que investigar o processo de desestatização vai mostrar que aquele era o melhor caminho para o país, opinião apoiada por Edison Lobão (PFL-MA). A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que não tem dúvidas que houve casos de corrupção durante as privatizações, mas afirmou que essa CPI era uma resposta “sórdida e chantagista” do governo à criação das CPIs dos Correios e dos Bingos.

Os integrantes da CPI das Privatizações são: Arthur Virgílio, Tasso Jereissati (PSDB-CE), José Jorge (PFL-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Amir Lando (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Serys Slhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM). Os suplentes são: Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Marco Maciel (PFL-PE), Hélio Costa (PMDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI), Roberto Saturnino (PT-RJ), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Heloísa Helena.



TENSÃO Joel dos Santos (à direita, ao lado de Maguito, Delcídio e Serraglio) demonstra nervosismo durante depoimento

Advogados de Marinho enviam nova fita

O deputado Osmar Serraglio, relator da CPI que investiga denúncias de corrupção nos Correios, comunicou que recebeu um CD que conteria o teor da primeira fita gravada em conversa entre Joel dos Santos Filho e Maurício Marinho. A gravação foi entregue a Serraglio por advogados de Marinho, que teriam recebido o material do jornal *Folha de S. Paulo*.

Até então, a única gravação divulgada foi a veiculada pela Rede Globo. Em depoimento à CPI, Arthur Wascheck (pessoa que encomendou a gravação) revelou que havia uma gravação anterior à já conhecida, mas garantiu que a fita teria sido destruída por ele, o que pode ser desmentido depois de confirmado o conteúdo da gravação.

Molina nega tentativa de chantagem a Jefferson

O que faltou em detalhes no depoimento do advogado Joel dos Santos Filho, sobrou na descrição que o auto-intitulado consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Arlindo Gerardo Molina Gonçalves, fez a respeito do encontro que teve com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) – a FGV encaminhou documento à CPI negando que Molina seja consultor da fundação. O depoente, acusado pelo ex-presidente do PTB de tentativa de extorsão, negou que tenha feito qualquer chantagem ao deputado.

Conforme relatou, quando agendou a audiência com o deputado, Molina não sabia da existência da fita que flagrou Maurício Marinho.

O depoente garantiu que foi recebido pelo deputado ao lado de um assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que teria ido com ele. Contou que ficou a sós com Roberto Jefferson apenas no momento em que estavam saindo da sala.

Na ocasião, Molina teria dito ao deputado que tomou conhecimento de que “explodiria uma bomba atômica nos Correios”, que um tal de Marinho teria sido filmado e que teria falado sobre o envolvimento do deputado e de seu genro, Marcus Vinicius, em atos de corrupção. O deputado teria respondido que não conhecia Marinho, que era caso para demissão e que não poderia fazer nada.

Senado aprova indicações para Comissão Representativa

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações da Casa para a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que irá funcionar de 1º a 31 de julho, durante o recesso parlamentar. O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou o recebimento das indicações da Câmara dos Deputados para a comissão.

Pelo Senado Federal, irão participar como titulares

os senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Alvaro Dias (PSDB-PR), pelo Bloco da Minoridade (PFL/PSDB); os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Roberto Saturnino (PT-RJ), pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB); os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Luiz Otávio (PMDB-PA), pelo PMDB; e os senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN), pelo PDT/PTB/PSOL/PP.



Presidente do Senado diz que usará todos os dispositivos à mão para garantir investigação eficiente e destaca a responsabilidade do PMDB no funcionamento do governo; Antonio Carlos Magalhães convoca comissão de inquérito para averiguar casas de jogos

ACM pretende instalar hoje CPI dos Bingos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) convocou reunião para instalar a CPI dos Bingos às 12h de hoje. A comissão de inquérito foi criada para investigar a ligação de casas de bingo com o crime organizado e denúncias de corrupção contra o ex-assessor da Casa Civil da Presidência, Waldomiro Diniz. ACM teria autoridade para tomar a decisão, por ser o mais velho entre os indicados para a comissão.

– Decidimos pela instalação imediata da CPI dos Bingos uma vez que os membros da comissão já foram indicados pelos partidos – afirmou o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN).

Ao comentar o episódio, o líder do governo no Senado, Aloizio



Roosevelt Pinheiro

OPORTUNIDADE O PFL, partido de ACM, decidiu pela instalação da CPI porque ela já tem membros indicados

Mercadante (PT-SP), sustentou que as bancadas governista e oposicionista fizeram acordo para não instalar de imediato as CPIs dos Bingos, das Privatizações e do Waldomiro Diniz. O parlamentar considerou “democrática” a mudança de opinião da oposição. Mas ponderou que, se é para instalar a CPI dos Bingos, a mesma decisão deveria valer para a CPI das Privatizações, que também já tem seus integrantes indicados.

sabia do esquema, é inepto, e, se sabia, foi conivente e deve ser processado.

– Nenhuma das hipóteses é boa nem para ele nem para o país – analisou o parlamentar.

Efraim rebateu as explicações dadas por Marcos Valério, publicitário acusado de fazer os pagamentos do mensalão – propina mensal que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirmou que era paga pelo PT a deputados do PP e do PL. Em entrevista à revista *Veja*, Valério afirmou que os mais de R\$ 20 milhões sacados das contas bancárias de suas agências publicitárias eram usados na compra de gado. De acordo com o senador, que citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o publicitário não possui fazendas, não é conhecido no setor de pecuária e, além do mais, não é comum a negociação de animais em dinheiro vivo.

Efraim: Lula foi inepto ou conivente

O senador Efraim Morais (PFL-PB) comentou ontem em Plenário as denúncias sobre o “mensalão” publicadas pela imprensa nas últimas semanas e assinalou que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não

Renan assegura apuração completa de denúncias

O Fórum Senado Debate Brasil, aberto na manhã de ontem no auditório do Interlegis, foi marcado por um discurso em que o presidente da Casa, Renan Calheiros, assegurou a completa e isenta apuração das denúncias de desvio de dinheiro público e de compra de votos.

– Vivemos hoje um momento delicado da vida nacional, que exige de nós uma resposta firme, à altura da seriedade do momento. Como presidente do Congresso, farei valer todos os instrumentos constitucionais e regimentais que garantam a completa e isenta apuração das denúncias de desvio de dinheiro

público e de compra de votos de parlamentares – garantiu.

Para Renan, tais denúncias escandalizam não somente a opinião pública, mas todos os que sempre lutaram por um Brasil justo e democrático. Ele afirmou que o Congresso e o país não podem ficar paralisados diante da atual crise política, nem ficar à espera da conclusão de “investigações que vêm ganhando uma dimensão cada vez mais grave no cenário nacional”.

Entre as recomendações para a superação da crise, o presidente sugeriu o fim das legendas de aluguel, a maior representatividade dos mandatos, o fortaleci-

mento dos partidos políticos e a extinção “do vergonhoso caixa dois que se tornou rotina nas campanhas políticas”.

Renan considera que a reforma política é a principal resposta que o Congresso tem dado à crise. Aprovada pelo Senado, observou, ela começa a andar na Câmara dos Deputados, “movida, infelizmente, pelas denúncias de corrupção”. No seu entender, a reforma não vai resolver as mazelas do país, mas vai fechar uma das principais portas da corrupção: a fragilidade dos partidos políticos e o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais.

"PMDB precisa defender a governabilidade"

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse ontem que seu partido, o PMDB, deveria assumir a responsabilidade de garantir a governabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– É inadmissível que o PMDB recue neste momento. O partido não pode participar quando o governo está bem e fugir quando está mal. Ter mais cargos ou menos cargos não é relevante e sim estabilizar o Brasil e defender a governabilidade, que é uma construção parlamentar. O fundamental é que o partido cumpra o seu papel e assuma a responsabilidade perante a história – afirmou Renan.

O presidente do Senado disse ainda que tem trabalhado pela união do PMDB e que a decisão final sobre a proposta do presidente da República para ampliar a participação do partido no governo deve refletir a posição de todas as correntes partidárias.



Gerardo Magela

FIDELIDADE "O PMDB não pode participar quando o governo está bem e fugir quando está mal", disse Renan ontem, durante ato pelo desarmamento

Renan frisou ainda que o Congresso não sofre qualquer prejuízo em seu funcionamento normal por ter duas ou três comissões de inquérito em funcionamento. Ele assinalou que, caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja votada a tempo, haverá recesso parlamentar e as CPIs continuarão seus trabalhos normalmente.

O presidente do Senado fez essas declarações durante evento de apoio ao Estatuto do Desarmamento e pela votação do decreto legislativo que regulamenta o referendo sobre a venda de armas de fogo, organizado ontem na Câmara dos Deputados por entidades que congregam pais de jovens assassinados.

Sibá Machado quer comissão temporária para sistematizar reforma política

O senador Sibá Machado (PT-AC) propôs a criação de uma comissão temporária no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para sistematizar as matérias relativas à reforma política.

Sibá listou os itens que consi-

dera cruciais na mudança do sistema político. Para ele, é preciso aperfeiçoar os seguintes aspectos: coligações; financiamento de campanha; fidelidade partidária; cláusula de barreira; voto distrital; suplência no Senado; eleições majoritárias e propor-

cionais; mandato no Executivo e Legislativo; listas partidárias, e propaganda eleitoral.

Entre as mudanças defendidas por Sibá, que é suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), destacam-se a unificação das eleições majoritárias e propor-

cionais; a extensão dos mandatos no Executivo e no Legislativo de quatro para cinco anos; o fim da reeleição; a escolha de suplente de senador pelo voto e a manutenção das alianças partidárias feitas na eleição por todo o mandato.



Roosevelt Pinheiro



DESVIO Ao lado de Renan, Heráclito (E) afirma que recursos da Cide são utilizados para compor superávit primário

Heráclito: transporte tem cada vez menos recursos

Palestrantes do Fórum Senado Debate Brasil apontam falta de investimentos do governo federal

Ao proferir a palestra “Visão do Poder Legislativo sobre Transportes”, na abertura do I Fórum Senado Debate Brasil, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem que a crise fiscal enfrentada pelo Brasil ao longo dos últimos 30 anos é uma das principais causas do baixo nível de investimentos públicos em infra-estrutura de transportes. O senador chamou a atenção para o que considerou uma participação decrescente e contínua de investimentos no setor.

– A recorrente crise fiscal que há mais de duas décadas vem afetando estados e municípios brasileiros inibiu a realização dos investimentos necessários para dotar o país de uma adequada infra-estrutura de transportes – disse.

Projeto Piloto

Ao referir-se ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI) do governo federal, fruto de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo qual a equipe econômica foi autorizada a não computar as despesas com obras em estradas no cálculo do superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida pública), Heráclito lamentou que apenas tenham sido feitos pagamentos de R\$ 6,5 milhões até maio deste ano, uma vez que as previsões de empenho até aquele mês eram de R\$ 558,9 milhões. O senador reclamou ainda do fato de o PPI ter sido elaborado, segundo ele, sem consulta a vários setores interessados.

Heráclito denunciou ainda o desvio na aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Segundo ele, a contribuição vem sendo utilizada para a composição de superávits primários ou como mera substituição de fontes de custeio do Ministério

dos Transportes, ao invés de ser destinada a programas de infra-estrutura de transportes, tal como previsto na Constituição.

A falta de investimentos por parte do governo federal foi apontada como o principal problema para os transportes brasileiros pelos palestrantes que encerraram o fórum, realizado no auditório do Interlegis (a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro) e transmitido para 25 assembleias legislativas brasileiras por meio de videoconferência. O fórum será realizado de dois em dois meses com o objetivo de discutir outros temas importantes para o país.

Participaram do segundo painel do encontro, “A questão dos Portos”, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Carlos Nóbrega; o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Wilen Manteli; a jornalista Valdevez Caetano; e o vice-presidente da Fiesp, Sérgio da Silva.

Pernambuco condiciona a transposição, diz Maciel

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou ontem que o governo de Pernambuco apresentou documento ao Ministério da Integração Nacional sobre o projeto da transposição do rio São Francisco em que reafirma seu apoio ao enfrentamento do problema da falta de água no semi-árido nordestino. Segundo o senador, a posição do governo de Pernambuco é apoiada pelos três senadores do estado e por parte considerável da bancada de deputados federais pernambucanos.

De acordo com o senador, o governo de Pernambuco aceita a passagem dos canais de transposição, mas deseja ver respeitados também os interesses estaduais. Um deles seria a integração sistêmica das bacias pernambucanas à do rio



APOIO Maciel anuncia que estado aceita projeto, mas espera que seus interesses sejam respeitados

São Francisco, levando em consideração as necessidades de irrigação, custos operacionais e a potencialização de projetos de desenvolvimento econômico e social em Pernambuco. Outro interesse estadual, disse Marco Maciel, seria a garantia do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais, especialmente no sertão e agreste.

Valadares elogia estudo que dá prioridade à revitalização

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o estudo Plano do São Francisco, coordenado pelo vice-presidente da República, José Alencar, que, já ao final de 2003, apontava a revitalização do rio São Francisco como prioritária à transposição de suas águas. A partir dessa conclusão, o senador defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 524/02) de sua autoria que cria o Fundo de Revitalização Hidroambiental para a Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

Valadares lembrou que a proposição foi aprovada por unanimidade no Senado. Na Câmara, recebeu o aval da Comissão de Justiça e aguarda parecer do deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da matéria na co-



EMENDA Valadares pede aprovação de sua proposta que cria fundo para revitalizar o São Francisco

missão especial que a analisa. O andamento da proposta na Câmara estaria dependendo, informou o senador, do sinal verde da equipe econômica sobre a composição do fundo, que seria alimentado por 0,5% do produto da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações constitucionais.

Mão Santa apóia criador de camarão

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o documento da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão repudiando o relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, segundo o qual a carcinicultura, cultivo do camarão em viveiros, prejudica o meio ambiente e tem causado a redução da oferta de caranguejos.

De acordo com o documento, divulgado pelo senador, o grupo de trabalho, coordenado pelo deputado João Alfredo (PT-CE), não deu espaço para que os

produtores defendessem seus direitos. Eles argumentam que o setor envolve 997 produtores e gera mais de 62 mil empregos, com uma receita de US\$ 250 milhões.



Produtores sem direito de defesa, relata Mão Santa

Mão Santa leu frase de Armando Klabin, para quem “o relatório é um libelo ao desconhecimento e à má fé”. Klabin é representante do grupo que há 20 anos levou a carcinicultura para o Piauí. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), João Batista Motta (PMDB-ES) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) participaram do pronunciamento, em apertes.

Heloísa defende posição de Marina

Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o deputado João Alfredo (PT-CE), relator do grupo de trabalho criado pela Câmara para avaliar a carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) no Nordeste. Segundo ela, os dois foram criticados em Plenário por parlamentares da oposição em virtude do relatório aprovado na Comissão de Meio Ambiente daquela Casa. De acordo com Heloísa, o relatório foi aprovado por unanimidade, após a realização de nove audiências públicas

com representantes de comunidades litorâneas na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba.



Segundo Heloísa, comissão da Câmara ouviu comunidades

– Não é justo que se passe à opinião pública a impressão de que os mecanismos de defesa do complexo estuarino lagunar e dos manguezais representem um impedimento para encontrar alternativas de desenvolvimento da economia local. Em qualquer projeto de carcinicultura existem mecanismos para produzir alimento, sem que isso signifique a destruição dos manguezais – disse a senadora.

J. Freitas



COMPENSAÇÃO Prefeitos tocantinenses pedem na CMA contrapartidas financeiras para seus municípios, atingidos por construção de hidrelétrica

Prefeitos reclamam de prejuízos causados por usina

A falta de critérios técnicos para iniciar a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães durante o governo anterior gerou problemas relacionados ao meio ambiente, turismo e pesca para os municípios afetados pelo empreendimento. A constatação foi feita ontem pelos prefeitos de Palmas, Porto Nacional, Brejinho Nazaré, Ipueiras, Lajeado e Tocantínia, na audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) destinada a debater os impactos causados pela usina.

Apesar de reconhecerem que a hidrelétrica tem importância econômica, os prefeitos defenderam o aumento das chamadas compensações financeiras aos municípios atingidos pela cons-

trução – recursos que seriam aplicados em obras destinadas a diminuir os prejuízos, principalmente ao meio ambiente.

O presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), apresentou requerimento, aprovado por unanimidade, para realização de audiência na capital do Tocantins, Palmas, para discutir a matéria. A data ainda será marcada.

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) quer maior rigor técnico na construção de hidrelétricas, a fim de evitar erros cometidos no passado. Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que o país não pode abrir mão dessas usinas, já que são mais econômicas e geram a chamada “energia limpa”. Mas advertiu que não se pode atender apenas a interesses comerciais.

Garibaldi: é injusto não fatiar a reforma tributária

Em reunião de mobilização dos prefeitos, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, considerou uma injustiça que os prefeitos não possam ser atendidos em seu pleito de fatiar a reforma tributária. O objetivo seria acelerar a votação do item referente ao aumento de um ponto percentual da alíquota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Na reunião, com a participação de cerca de 200 prefeitos,

o secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, reafirmou que o governo colocará a íntegra do texto da reforma para ser votada, em data ainda não definida.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, chamou atenção para o risco de uma polêmica travada pelos governadores em torno das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) adiar a votação da reforma para 2006. A maioria dos municípios, lembrou ele, atravessa sérias dificuldades orçamentárias.



PLEITO Garibaldi (E) com Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, em reunião de prefeitos promovida ontem no Senado para debater a reforma tributária

Márcia Kallume

CPI da Emigração quer ouvir Glória Perez e Deborah Secco

■ Autora e atriz da novela *América* são convidadas a participar de audiência pública sobre emigração ilegal

A autora da novela da TV Globo *América*, Glória Perez, e a atriz Deborah Secco, protagonista, serão convidadas a participar de uma audiência pública da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a emigração ilegal de brasileiros. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem pelo colegiado.

O presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), informou que já está em contato com a autora da novela e que a reunião poderá acontecer já na próxima semana, se até lá não tiver início o recesso parlamentar. Caso contrário, a reunião ocorreria no início de agosto.

– A audiência será da maior importância, porque foi feita pesquisa de quase um ano para que se produzisse a novela, que é uma descrição do momento atual da diáspora brasileira. Estamos perdendo nossos jovens, iludidos pela idéia de que, indo para os Estados Unidos, poderão se realizar economicamente

J. Freitas



CONVITE O senador Hélio Costa (C), presidente da CPI Mista da Emigração Ilegal, diz que reunião com artistas poderá ocorrer já na próxima semana

– afirmou Hélio Costa.

O relator da CPI, deputado João Magno (PT-MG), elogiou o “papel conscientizador” da novela. Já o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) observou que mais de 20 mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos, problema para o qual contribuiu, a seu ver, o estado da economia brasileira, “que não cresce e não gera emprego”.

Também foi aprovado pela comissão requerimento de informações a ser encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores à embaixada dos Estados Unidos, a respeito de declarações atribuídas a funcionário norte-americano no Brasil sobre a possibilidade de o México rom-

per acordo de livre circulação de pessoas com o Brasil.

A CPI acolheu igualmente pré-proteito de trabalho elaborado pelo relator. Entre os objetivos apontados pelo deputado João Magno estão os de investigar delitos provocados pelos agenciadores de imigrantes conhecidos como “coiotes”, promover o resgate dos direitos dos brasileiros no exterior e modernizar a legislação e os serviços consulares.

Por iniciativa de Marcelo Crivella, a comissão também deverá buscar um acordo com o governo norte-americano para aumentar o número de vistos oferecidos a brasileiros que buscam entrar legalmente nos Estados Unidos.

Comissão aprova creches em assentamentos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem três projetos de lei. Entre eles, um que exige a construção e funcionamento de creches em assentamentos rurais. O projeto (PLS 217/01) do então senador Luiz Pontes dispõe que o órgão federal executor da reforma agrária inclua construção de creches nas ações de implantação da infraestrutura dos assentamentos.

Em seu parecer favorável, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) aditou emendas determinando que a prefeitura assine convênio para a manutenção da creche, bem como sua incorporação à rede municipal de ensino. A proposta segue agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Por votação simbólica, a CDH aprovou também projeto de lei oriundo da Câmara que acrescenta dispositivo à Lei Orgânica da Assistência Social para incluir atendimento a pessoas que

José Luiz



PRODUÇÃO Além das creches em assentamentos rurais, os membros da CDH votaram a favor de remédios com rótulo em braille e assistência para sem-teto

vivem nas ruas, viabilizando, assim, o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, geração de empregos e amparo material e humano. O projeto (PLC 80/04) do deputado Henrique Afonso recebeu parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que considerou a proposição relevante para diminuir a exclusão social.

A CDH acolheu ainda, em votação simbólica, projeto (PLC 54/01) estabelecendo que as embalagens de remédios tenham

inscrições em braille para beneficiar deficientes visuais.

O relator da proposta, Flávio Arns (PT-PR), apresentou parecer favorável na forma de substitutivo para incluir a exigência na Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos. O texto do senador especifica que os medicamentos vendidos no país deverão conter o nome do produto e a data de validade escritos em braille no rótulo. O prazo para entrada em vigor é de um ano após o exame da matéria.



INFORMÁTICA Para Capiberibe, é necessário aperfeiçoar sistemas usados para a gestão de recursos

Capiberibe cobra maior controle de gastos públicos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que o Congresso busque meios necessários ao aperfeiçoamento de sistemas de informática que possibilitem maior controle de gastos públicos e, conseqüentemente, um combate mais eficiente à corrupção. Para o parlamentar, a corrupção no país está tão difundida, e ao mesmo tempo tão tolerada, que a implantação de sistemas de controle dos gastos federais, dos estados e dos municípios é medida inadiável.

Capiberibe entende que, dos cerca de R\$ 165 bilhões que o país deve pagar em 2005 de juros da dívida pública, grande parte foi originada por desvios de recursos públicos para a atividade política criminosa.

– O Parlamento deve apresentar soluções estruturais para o problema da transparência na gerência do dinheiro público – enfatizou, lembrando a existência de sistemas que podem servir de modelo.

Entre eles, citou o Sistema de Informação Gerencial Siga Brasil, implantado recentemente no Senado, e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), além de mecanismo adotado no Amapá, quando Capiberibe foi governador.



AVANÇO Ideli: plano elaborado pelo MEC prevê a criação de 32 escolas e a abertura de mais de 54 mil vagas

Plenário deve votar PEC Paralela antes do recesso

■ Acordo entre os líderes de todos os partidos permitirá votação da proposta em regime de urgência

Os líderes de todos os partidos assinaram ontem requerimento de votação em regime de urgência da PEC Paralela da Previdência – proposta de emenda constitucional que ameniza os efeitos da reforma da Previdência –, de forma a permitir sua votação pelo Senado antes do recesso parlamentar, que começa na sexta-feira.

A manifestação dos líderes na sessão de ontem foi no sentido de que a proposta seja votada hoje. Para isso, é necessária uma autorização especial do Plenário que reduza as exigências regimentais quanto aos prazos de tramitação da PEC.



RELATOR Tourinho rejeita vinculação de teto salarial de delegado a vencimento de desembargador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vote hoje pela manhã o relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), apresentado ontem, e o Plenário examine o parecer da comissão à tarde.

O presidente da CCJ, sena-

dor Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), garantiu que, por parte da comissão, não haverá problemas para o cumprimento do acordo.

Tourinho retoma em seu relatório o texto original aprovado pelo Senado antes de ser enviado à Câmara, respeitando o acordo firmado pela Casa com o governo. Exemplo disso foi a retirada de parte do texto aprovado pelos deputados que acolheu reivindicação de delegados de polícia, advogados e agentes tributários estaduais, vinculando os subtetos salariais dessas categorias aos vencimentos dos desembargadores e não aos dos governadores.

Representantes dos conselhos Nacional de Secretários de Estado de Administração (Consad) e dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) saudaram a decisão de Tourinho.



UNIDADE Paim anuncia decisão da bancada do PT de mobilizar esforços para agilizar exame da PEC

benefícios pagos pela Previdência o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

O parlamentar convidou os senadores para audiência pública da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão, amanhã, para discutir a participação do negro na mídia.

Paim defende urgente aprovação da proposta

Ao defender uma política de valorização do salário mínimo e das aposentadorias, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu a votação da PEC Paralela (PEC 77/05) ainda esta semana.

– Não há empecilhos para que a matéria seja votada – sustentou o parlamentar, anunciando que os senadores do seu partido, reunidos na segunda-feira, decidiram se esforçar para promover a votação no Senado o mais rápido possível.

A PEC Paralela, entre outras coisas, concede aos servidores públicos portadores de deficiência física uma faixa maior de isenção do desconto na apo-

sentadoria. Hoje, descontam-se 11% do valor da aposentadoria que exceder R\$ 2.400. Se aprovada a PEC, o desconto será sobre o que exceder R\$ 4.800, no caso desses servidores.

Paim solicitou ainda que os senadores aprove as emendas que ele apresentou à MP 248/05, que fixa em R\$ 300 o valor do salário mínimo. Uma das emendas determina que o reajuste do salário será equivalente ao dobro do crescimento do produto interno bruto em 2004. Outra proposta cria uma comissão mista para elaborar uma regra de reajuste do mínimo e uma terceira concede aos



CRÍTICAS José Jorge também aponta defeitos no Fundeb e pede versão final da reforma universitária

José Jorge quer cumprimento de plano de educação

Falando como líder da Minoria, o senador José Jorge (PFL-PE) lamentou que o Plano Nacional de Educação esteja “abandonado e desprezado pelo governo federal”. De acordo com ele, o acompanhamento do plano pelo Executivo, com a participação dos governos municipais e estaduais, não vem ocorrendo conforme estava previsto.

José Jorge lamentou que o projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tenha “muitos defeitos e uma série de problemas”. Ele também questionou o fato de o projeto ter sido encaminhado ao Congresso após dois anos e meio de governo. O senador lamentou ainda que o MEC não tenha concluído o texto da reforma universitária.

Na avaliação do parlamentar, quando o senador Cristovam Buarque (PT-DF) era ministro da Educação, havia uma tentativa de cumprir os itens pertinentes à área, dispostos na Constituição. A erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino foram apontadas por José Jorge como prioridades na gestão de Cristovam, metas que hoje estão abandonadas.

Ideli ressalta expansão da rede de escolas profissionalizantes

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, entregue pelo ministro da Educação, Tarso Genro, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última sexta-feira. Em pronunciamento, ela ressaltou que o projeto prevê a criação de 32 escolas e 54.136 vagas em

cursos técnicos.

Ideli afirmou que a proposta – cuja entrega ao presidente Lula foi prestigiada pelo presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), Luís Edmundo de Aguiar – irá também gerar 3.338 novos empregos. Segundo a parlamentar, serão investidos

ainda R\$ 70 milhões na construção de escolas ou adaptação das estruturas já existentes.

– Temos agora um programa voltado exclusivamente para os nossos centros de formação tecnológica, fazendo com que o ensino profissionalizante alcance um número cada vez maior de alunos e seja direcionado para as populações de

baixa renda – comemorou.

Ideli informou ainda que o presidente, na ocasião, assinou o decreto que cria o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que será desenvolvido pela rede federal de educação tecnológica.